



PREFEITURA MUNICIPAL  
CORDEIRÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
C. P.

Of. nº. 54/69

HJM

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Encaminha-se à Comissão de Justiça e Redação

Sessão de 07 de out. de 1969

1.º Secretário

Cordeirópolis, 25 de setembro de 1969

Câmara Municipal de Cordeirópolis  
Encaminha-se à Comissão de Finanças e Orçamentos  
Sessão de 07 de out. de 1969

Senhor Presidente: -

1.º Secretário

Em anexo, estamos encaminhando à Vossa Senhoria, o Projeto de Lei nº. 46 desta data, P.M., que cria Taxas de / Pavimentação, de Colocação de Guias e Sarjetas, de Extensão de Rede / de Energia Elétrica, de Extensão e Ligação de Água e Esgoto e de Execução de Muros e Passeios.

Certos de estarmos agindo conforme, prevalece o ensino, para apresentar-lhe os nossos protestos de estima e distinta consideração.

ATENCIOSAMENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

APROVADO em 10 de out. de 1969 discussão.

Sessão de 18 de out. de 1969

1.º Secretário

TELEFORO SANCHEZ FELIX

Prefeito Municipal

A

Sua Senhoria o Senhor

JAMIL ABRAHÃO SAAD

MD., Presidente da Câmara Municipal de

CORDEIRÓPOLIS - SP.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

APROVADO em 20 de out. de 1969 discussão.

Sessão de 18 de out. de 1969

1.º Secretário





# PREFEITURA MUNICIPAL

## CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

C. P.

### = PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS =

#### PROJETO DE LEI Nº 46 de 25/09/1969 - P.M.

Cria Taxas de Pavimentação, de Colocação de Guias e Sarjetas, de Extensão de Rede de Energia Elétrica, de Extensão e Ligação de Água e Esgoto e de Execução de Muros e Passeios.

TELEFORO SANCHEZ FELIX, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, / aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:-

#### TÍTULO ÚNICO

##### DAS TAXAS MUNICIPAIS

Artigo 1º - Em razão da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pela Prefeitura Municipal, ficam criadas as seguintes Taxas Municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 184 da Lei Municipal nº464 de 05/12/1966:

- I) de Pavimentação;
- II) de Colocação de Guias e Sarjetas;
- III) de Extensão de Rede de Energia Elétrica;
- IV) de Extensão e Ligação de Água e Esgoto;
- V) de Execução de Muros e Passeios.

#### CAPÍTULO I

##### DA TAXA DE PAVIMENTAÇÃO

Artigo 2º - A Taxa de Pavimentação recai sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóveis (prédios e terrenos) marginais às vias e logradouros públicos e tem como contribuinte o seu proprietário, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

§ 1º - A taxa será devida pelas obras realizadas em vias e logradouros públicos da zona urbana, não abrangendo as ruas não oficiais, nem estradas e caminhos.

§ 2º - Entende-se por obras de pavimentação, além dos serviços de pavimentação propriamente ditos na parte carroçável das vias e logradouros públicos, os trabalhos de preparação ou complementares, habituais, os de terraplanagem, as obras de escoamento local, as pequenas obras de arte e os ensaios físicos, químicos ou mecânicos, exigidos pela técnica moderna.

Artigo 3º - A taxa será devida pela execução de serviços de pavimentação:

a) - em vias no todo ou parte ainda não pavimentadas;

b) - em vias cujo calçamento, por motivo de interesse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por outro de tipo mais adequado às condições de tráfego;

c) - quando a substituição do calçamento, por tipo idêntico ou equivalente, tenha sido imposta por motivo de ordem técnica.

§ 1º - Não se levará a efeito a substituição de pavimentação que conte menos de 20 (vinte) anos, a menos que se trate de pavimentação asfáltica executada sem ônus para os proprietários marginais e que necessite ser substituída por tipo idêntico ou equivalen-





# PREFEITURA MUNICIPAL

## CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

C. P.

Fl. 02

continuação ....

te por motivos de ordem técnica, a juízo da Prefeitura.

§ 2º - Nos casos de substituição de calçamento, do total do custo dos serviços será deduzido o valor do material aproveitável da pavimentação antiga.

Artigo 4º - Não será devida a taxa de pavimentação em se tratando de serviços de conservação ou de simples reparações.

Artigo 5º - A Prefeitura, ouvidos os órgãos técnicos/competentes, e tendo em vista as necessidades gerais do tráfego e as conveniências do urbanismo, determinará a largura da faixa carroçável e dos passeios.

Artigo 6º - O custo dos serviços de pavimentação será cobrada de acordo com a testada do imóvel beneficiado.

§ 1º - A proporção do custo da pavimentação será de  $1/2$  (metade) para cada um dos confrontantes marginais.

§ 2º - Tratando-se de lote de esquina o custo da pavimentação será calculado tomando-se por base, em cada rua, o número de metros de frente pela metade da largura da rua.

Artigo 7º - No caso de áreas que gozem de imunidade /fiscal as respectivas quotas correrão por conta da Prefeitura.

Artigo 8º - Tratando-se de edifício em condomínio, a taxa de pavimentação será calculada de conformidade com o disposto -/neste Capítulo, e dividida proporcionalmente à parte ideal de cada -/unidade autônoma.

Artigo 9º - Os serviços de pavimentação enquadrar-se-ão em três programas:

- a) -- ordinário;
- b) -- extraordinário;
- c) -- de emergência.

§ 1º - A pavimentação ordinária se refere a obras preferenciais, de interesse e iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º - A pavimentação extraordinária se refere a obras de menor interesse geral, solicitadas pelos interessados e executada/após o depósito da importância orçada, cujo valor será reajustado -/após a conclusão das obras.

§ 3º - A pavimentação de emergência será realizada de acordo com as bases instituídas em leis especiais.

Artigo 10 - A taxa de pavimentação será lançada e arrecadada depois de executado o serviço.

Artigo 11 - A pedido e a critério dos interessados o pagamento da taxa de pavimentação será desdobrado em até 50 (cinquenta) parcelas mensais, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao -/mês, e as prestações mensais terão seu início a partir da data do recebimento da notificação pelos proprietários, expedida pela Municipalidade.

§ Único - As prestações serão iguais e de valor nunca inferior a NC\$10,00 (dez cruzeiros novos).

Artigo 12 - Das certidões relativas à situação fiscal de qualquer imóvel constarão sempre os débitos a vencer pela taxa de pavimentação.

### CAPÍTULO II

#### DA TAXA DE COLOCAÇÃO DE GUIAS E SARJETAS

Artigo 13 - A Taxa de Colocação de Guias e Sarjetas /recai sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóveis (pré-





# PREFEITURA MUNICIPAL

## CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

C. P.

Fl. 03

continuação ....

possuidor a qualquer título.

Artigo 14 - O custo dos serviços de colocação de guias e sarjetas será cobrado dos proprietários, dos titulares do domínio útil ou dos possuidores, a qualquer título, dos imóveis marginais, de acordo com a sua testada.

Artigo 15 - Tratando-se de lote de esquina o custo da colocação de guias e sarjetas será calculado, tomando-se por base, em cada rua, o número de metros lineares correspondentes ao imóvel.

Artigo 16 - A pedido e critério dos interessados o pagamento da taxa de colocação de guias e sarjetas será desdobrado em até 10 (dez) parcelas mensais, vencendo juros de 1% (um por cento) ao mês, e as prestações terão seu início a partir da data do recebimento da notificação pelo proprietário, expedida pela Municipalidade.

§ Único - As prestações serão iguais e de valor nunca inferior a NC\$10,00 (dez cruzeiros novos).

### CAPÍTULO III

#### DA TAXA DE EXECUÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

Artigo 17 - A Taxa de Execução de Rede de Energia Elétrica recai sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóveis (prédios e terrenos) marginais às vias e logradouros públicos, onde se realizarem obras de extensão de rede de iluminação pública e domiciliar, e tem como contribuinte o seu proprietário, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

§ Único - A Prefeitura promoverá a execução dos serviços, onde se tornem necessários, no perímetro urbano, em loteamento definitivamente aprovados, em zona rural ou não.

Artigo 18 - A Extensão da rede na zona rural depende da aprovação do núcleo interessado, pela manifestação no mínimo 7 de 2/3 (dois terços) dos interessados.

Artigo 19 - O custo dos serviços de execução de rede que vierem a ser executados serão cobrados proporcionalmente ao número de metros de frente de cada imóvel beneficiado.

§ Único - A taxa será lançada e arrecadada depois de executados os serviços.

Artigo 20 - Tratando-se de imóvel em condomínio, a taxa será calculada de conformidade com o artigo anterior e dividida proporcionalmente à parte ideal de cada unidade autônoma.

Artigo 21 - A pedido e critério dos interessados o pagamento da taxa de execução de rede de energia elétrica será desdobrado em até 50 (cinquenta) parcelas mensais, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês, e as prestações mensais terão seu início a partir da data do recebimento da notificação pelos proprietários, expedida pela Municipalidade.

§ Único - As prestações serão iguais e de valor nunca inferior a NC\$10,00 (dez cruzeiros novos).

Artigo 22 - Das certidões relativas à situação fiscal de qualquer imóvel constarão sempre os débitos a vencer pela taxa.

continua ....





# PREFEITURA MUNICIPAL

## CORDEIRÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

C. P.

Fl. 04

continuação .....

### CAPÍTULO IV

#### DA TAXA DE EXTENSÃO E LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

Artigo 23 - A Taxa de Extensão e Ligação de Água e-  
Esgoto será cobrada dos contribuintes pelo valor do custo da execu-  
ção.

Artigo 24 - A pedido e critério dos interessados o /  
pagamento da taxa de extensão e ligação de água e esgoto será desdo-  
brado em até 10 parcelas mensais, vencendo juros de 1% (um por cen-  
to) ao mês, e as prestações mensais terão seu início a partir da data  
do recebimento da notificação pelos proprietários, expedida pela Mu-  
nicipalidade.

§ Único - As prestações serão iguais e de valor nun-  
ca inferior a NCR\$10,00 (dez cruzeiros novos).

### CAPÍTULO V

#### DA TAXA DE EXECUÇÃO DE MUROS E PASSEIOS

Artigo 25 - A Taxa de Execução de Muros e Passeios /  
recai sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóveis (pré-  
dios e terrenos) marginais às ruas pavimentadas, nas quais foram co-  
locadas guias e sarjetas, e tem como contribuinte o proprietário, o/  
titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, executando-  
se as obras de acordo com os seguintes critérios:

I - Pelo proprietário, dentro do prazo de 60 dias,  
a contar da data da intimação, de acordo com o padrão estabelecido/  
pela Prefeitura.

II - Pela Prefeitura, após esgotado o prazo previsto  
no item anterior.

Artigo 26 - Os serviços serão cobrados pelo preço de  
custo, e no caso do item II do artigo anterior, acrescidos de 10% -/  
(dez por cento).

Artigo 27 - A taxa será lançada e arrecadada depois/  
de executados os serviços.

Artigo 28 - Caso tenha optado pelos serviços da Muni-  
cipalidade, o interessado poderá efetuar seus pagamentos em até 20 /  
prestações mensais, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês,  
e as prestações mensais terão seu início a partir da data do recebi-  
mento da notificação pelo proprietário, expedida pela Municipalidade.

§ Único - As prestações serão iguais e de valor nun-  
ca inferior a NCR\$10,00 (dez cruzeiros novos).

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 29 - Aos interessados que justificarem a im-  
possibilidade de efetuarem os pagamentos de prestações mensais de va-  
lores iguais e nunca inferiores a NCR\$10,00 (dez cruzeiros novos), po-  
derão por meio de requerimento, obterem parcelas mensais, proporcio-  
nais às suas condições financeiras.

Artigo 30 - Calculado o total dos juros das presta-  
ções, este será computado a importância devida, dividindo o total ge-  
ral em parcelas mensais iguais.

Artigo 31 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janei-  
ro de 1970, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos vinte e /  
cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e /  
nove.



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Nós membros da Comissão de Finanças e Orçamentos, analisando o Projeto de Lei nº.46/69, de 25 de setembro de / 1969, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cordeirópolis, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove.







COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nós membros da Comissão de Justiça e Redação, analisando o Projeto de Lei nº.46/69 de 25 de setembro de 1969, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cordeirópolis, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove - 1 9 6 9.

*R. de J.*

*Edson Chiracchi*

*Antônio Luiz Cruz*